



SIMULADO ESPECIAL

# MP PA

**Analista Jurídico  
Pós-Edital**

# Simulado Especial

## Simulado MP PA – Analista Jurídico – Pós Edital

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do MP PA;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca Consulpan.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-MPPA-Analista-09-07>**

- |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E |                |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E |                |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E |                |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E |                |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E |                |

**CONHECIMENTOS GERAIS****Clarice Lispector, de onde veio esse Lispector?**

É um nome latino, não é? Eu perguntei a meu pai desde quando havia Lispector na Ucrânia. Ele disse que há gerações e gerações anteriores. Eu suponho que o nome foi rolando, rolando, rolando, perdendo algumas sílabas e foi formando outra coisa que parece “Lis” e “peito”, em latim. É um nome que quando escrevi meu primeiro livro, Sérgio Milliet (eu era completamente desconhecida, é claro) diz assim: “Essa escritora de nome desagradável, certamente um pseudônimo...”. Não era, era meu nome mesmo.

**Você chegou a conhecer o Sérgio Milliet pessoalmente?**

Nunca. Porque eu publiquei o meu livro e fui embora do Brasil, porque eu me casei com um diplomata brasileiro, de modo que não conheci as pessoas que escreveram sobre mim.

**Clarice, seu pai fazia o que profissionalmente?**

Representações de firmas, coisas assim. Quando ele, na verdade, dava era para coisas do espírito.

**Há alguém na família Lispector que chegou a escrever alguma coisa?**

Eu soube ultimamente, para minha enorme surpresa, que minha mãe escrevia. Não publicava, mas escrevia. Eu tenho uma irmã, Elisa Lispector, que escreve romances. E tenho outra irmã, chamada Tânia Kaufman, que escreve livros técnicos.

**Você chegou a ler as coisas que sua mãe escreveu?**

Não, eu soube há poucos meses. Soube através de uma tia: “Sabe que sua mãe fazia um diário e escrevia poesias?” Eu fiquei boba...

**Nas raras entrevistas que você tem concedido surge, quase que necessariamente, a pergunta de como você começou a escrever e quando?**

Antes de sete anos eu já fabulava, já inventava histórias, por exemplo, inventei uma história que não acabava nunca. Quando comecei a ler comecei a escrever também. Pequenas histórias.

**Quando a jovem, praticamente adolescente Clarice Lispector, descobre que realmente é a literatura aquele campo de criação humana que mais a atrai, a jovem Clarice tem algum objetivo específico ou apenas escrever, sem determinar um tipo de público?**

Apenas escrever.

**Você poderia nos dar uma ideia do que era a produção da adolescente Clarice Lispector?**

Caótica. Intensa. Inteiramente fora da realidade da vida.

**Desse período você se lembra do nome de alguma produção?**

Bem, escrevi várias coisas antes de publicar meu primeiro livro. Eu escrevia para revistas — contos, jornais. Eu ia com uma timidez enorme, mas uma timidez ousada. Eu sou tímida e ousada ao mesmo tempo. Chegava lá nas revistas e dizia: “Eu tenho um conto, você não quer publicar?” Aí me lembro que uma vez foi o Raimundo Magalhães Jr. que olhou, leu um pedaço, olhou para mim e disse: “Você copiou isso de quem?” Eu disse: “De ninguém, é meu”. Ele disse: “Você traduziu?” Eu disse: “Não”. Ele disse: “Então eu vou publicar”. Era sim, era meu trabalho.

**Você publicava onde?**

Ah, não me lembro... Jornais, revistas.

**Clarice, a partir de qual momento você efetivamente decidiu assumir a carreira de escritora?**

Eu nunca assumi.

### Por quê?

Eu não sou uma profissional, eu só escrevo quando eu quero. Eu sou uma amadora e faço questão de continuar sendo amadora. Profissional é aquele que tem uma obrigação consigo mesmo de escrever. Ou então com o outro, em relação ao outro. Agora eu faço questão de não ser uma profissional para manter minha liberdade

**01.** As afirmações a seguir tratam algumas características estruturais do gênero textual “entrevista”; analise-as.

I. Para ser publicada na modalidade escrita, a entrevista é geralmente editada, o que inclui, por exemplo, a exclusão de marcadores conversacionais e a reformulação de trechos em que haja descontinuidade sintática.

II. Sem a presença de um título, é difícil reconhecer o gênero textual entrevista, pois ele norteia melhor o objetivo delimitando o tema proposto, bem como seduz o leitor à sua leitura.

III. É notório um tipo de formalismo nas entrevistas, exposto pela linguagem utilizada entre ambos, com apresentação de um discurso coerente.

Aplica-se a essa entrevista o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

**02.** Conforme as informações presentes na entrevista, é correto afirmar que:

- a) O nome da autora foi pensado intencionalmente por motivos profissionais.
- b) Alguns autores da época questionavam-se sobre o fato de o nome da autora ser um nome adotado pela autora, que não teria usado o seu nome civil verdadeiro ou o seu nome consuetudinário.
- c) Com exceção do pai da autora, vários integrantes da família também seguiram o caminho da literatura.
- d) A autora manteve o perfil de sua adolescência em suas obras até a fase adulta.

**03.** Bem, escrevi várias coisas antes de publicar meu primeiro livro. Eu escrevia para revistas — contos, jornais. Eu ia com uma timidez enorme, mas uma timidez ousada.

Os termos destacados acima foram empregados no sentido de:

- a) lançar, retraimento
- b) vulgarizar, delicadeza
- c) veicular, palidez
- d) divulgar, apavoramento

**04.** O verbo destacado deve sua flexão à palavra sublinhada em:

- a) É inegável que o século XX **deixou**-nos um legado de impasses.
- b) O autor do texto está convicto sobre o papel que **desempenha** no futuro de cada indivíduo as condições de seu nascimento.
- c) Observa-se que **há** pessoas as quais criam novos significados para o envelhecimento, desafiando as convenções sociais
- d) Ainda que não **fossem** tão decisivas em seu poder revolucionário, as tecnologias deveriam ocupar um espaço de decisão muito maior.

**05.** O artigo é uma das classes de palavras variáveis que concorda, em gênero e em número, com o substantivo que o acompanha. Todas as palavras destacadas são artigos em:

- a) Os alunos nunca entenderam o que esse professor quis dizer.
- b) O problema de entender os jovens é que eles não permitem que os mais velhos os ajudem quando precisam.
- c) Alguns países já disponibilizam a internet pública, com acesso integral a internautas.
- d) A www está entre as principais invenções que vieram a revolucionar o mundo

**06.** I. Não, eu soube há poucos meses. Soube através de uma tia. / O verbo destacado pode ser classificado como impessoal, por não possuir sujeito.

II. Representações de firmas, coisas assim. Quando ele, na verdade, dava era para coisas do espírito. / O termo 'coisas' é típico do registro formal da língua portuguesa.

III. Porque eu publiquei o meu livro e fui embora do Brasil. / O termo destacado é uma conjunção concessiva.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) Todas as afirmativas
- c) I e III
- d) Apenas na I.

**07.** I. Aos sonhos e às aspirações das crianças e dos jovens devem corresponder sua realização, para que não se frustrasse seu desenvolvimento.

II. Joaquim insistiu tanto com Teresa que ela acabou se afastando dele.

Sobre os períodos destacados em I e II, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) O termo destacado em II é um pronome relativo.
- ( ) Na oração I, o termo 'se' é um índice de indeterminação do sujeito.
- ( ) O acento de crase que ocorre em I é facultativo.
- ( ) O pronome 'se' em 'se frustrasse' não poderia ser deslocado para depois do verbo.

- a) F, F, V, V.
- b) F, V, V, V.
- c) V, V, F, F.
- d) F, F, F, V.

**08.** Assinale a opção em que a vírgula se encontra empregada incorretamente.

- a) Isabel, devido à sua inteligência, tem sido muito cobrada.
- b) Onze meses depois, elas chegam de viagem.
- c) Era um cachorro obediente, divertido, inteligente.
- d) Ansiosos, os candidatos aguardavam em fila, o resultado do concurso.

**09.** fui embora do Brasil, porque eu me casei com um diplomata brasileiro, de modo que não conheci as pessoas que escreveram sobre mim.

O conectivo destacado expressa valor de:

- a) causa
- b) consequência
- c) conclusão
- d) adversidade

10. Eu perguntei a meu pai desde quando havia Lispector na Ucrânia.

Se a expressão sublinhada fosse substituída por outra, qual das expressões abaixo tornariam obrigatório o emprego do acento de crase (não importando a alteração de sentido).

- a) qualquer pessoa
- b) essa pessoa
- c) toda pessoa
- d) cada pessoa

#### ÉTICA E LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

11. Acerca de ética e moral, assinale a opção correta.

- a) Moral é a ciência do comportamento ético dos homens em sociedade.
- b) A ética filosófica constata o relativismo cultural e o adota como pressuposto.
- c) O conceito de ética subjacente aos códigos de ética é aquele correspondente à ética de valor.
- d) Importante característica da moral, o que a torna similar à lei, é o fato de ser **mutável** e constituir um padrão para julgamento dos atos.

12. A abordagem ética que preconiza que as condutas contribuem para o bem-estar do maior número de pessoas é denominada

- a) contratualista
- b) relativista
- c) utilitarismo
- d) fundamentalista

13. De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, é correto afirmar que

- a) toda ausência do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público.
- b) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele
- c) Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, exceto se contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
- d) Na administração pública, moralidade restringe-se à distinção entre o bem e o mal.

14. Em atenção ao previsto no Decreto nº 1.171/94, assinale a alternativa que traz a (s) penalidade (s) que pode (m) ser aplicada (s) aos servidores pela Comissão de Ética.

- a) Suspensão até 10 dias
- b) Censura e advertência.
- c) Censura.
- d) Advertência, Suspensão e Demissão.

#### LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Emerson Bruno

15. De acordo com a Lei Estadual no 5.810/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico

Único dos Servidores Públicos Civis, o prazo para posse e exercício do servidor público recém nomeado é de:

- a) 20 (vinte) dias e 30 (trinta) dias, respectivamente.
- b) 30 (trinta) dias e 30 (trinta) dias, respectivamente.
- c) 30 (trinta) dias e 15 (quinze) dias, respectivamente.
- d) 30 (trinta) dias e 20 (vinte) dias, respectivamente.



**16.** De acordo com a Lei Estadual no 5.810/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico

Único dos Servidores Públicos Civis, NÃO constitui pena disciplinar aplicada aos servidores públicos do Pará:

- a) suspensão.
- b) destituição de cargo em comissão.
- c) advertência.
- d) repreensão.

**17.** Conforme disposto na Lei Orgânica do Ministério Público do Pará, são órgãos de Administração Superior do MPPA, exceto:

- a) a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- b) o Colégio de Procuradores de Justiça.
- c) o Conselho Superior do Ministério Público.
- d) o Procurador-Geral de Justiça.

**18.** Sobre a escolha, nomeação e posse do Procurador-Geral de Justiça, marque a afirmativa INCORRETA.

- a) O Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os integrantes da carreira do Ministério Público.
- b) O Procurador-Geral de Justiça terá mandato de dois anos, permitida a recondução.
- c) O Governador escolherá o PGJ mediante lista tríplice elaborada pelo próprio MPPA.
- d) O Procurador-Geral de Justiça precisa ter no mínimo 35 anos.

**19.** De acordo com a LC 57/2006 (Lei Orgânica do MPPA), aplicar as penas de repreensão, de suspensão e de demissão a servidor, é uma atribuição:

- a) do Corregedor-Geral do MP.
- b) do Conselho Superior do MP.
- c) do Colégio de Procuradores de Justiça.
- d) do Procurador-Geral de Justiça.

**20.** Conforme disposto na Lei Orgânica do MPPA, a Posse do Procurador-Geral de Justiça ocorrerá:

- a) em sessão especial do Conselho Superior do Ministério Público.
- b) em sessão especial do Colégio de Procuradores de Justiça.
- c) em sessão solene do Conselho Superior do Ministério Público.
- d) em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça.

**21.** De acordo com a Lei Orgânica do MPPA, o Conselho Superior do Ministério Público é composto:

- a) pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, como membros natos, e por mais um terço dos Procuradores de Justiça.
- b) pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, como membros natos, e por mais um sexto dos Procuradores de Justiça.
- c) pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Diretor da Escola do Ministério Público, como membros natos, e por mais um quinto dos Procuradores de Justiça.
- d) pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Vice-Procurador-Geral do Ministério Público, como membros natos, e por mais um quarto dos Procuradores de Justiça.

**22.** De acordo com a Lei Orgânica do MPPA, decidir sobre o vitaliciamento de membros do Ministério Público em estágio probatório é uma competência:

- a) do Procurador-Geral de Justiça.
- b) do Colégio de Procuradores de Justiça.
- c) do Corregedor-Geral do MP.
- d) do Conselho Superior do Ministério Público.

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

Fábio Ramos

**23.** Tivemos a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) terão a natureza jurídica normas supraconstitucionais, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;

**24.** Tanaka, servidor público estadual, teve conhecimento de que a Constituição da República de 1988 tinha assegurado determinado direito estatutário aos servidores, mas condicionava o seu exercício à edição de lei que o regulamentasse. Apesar de decorridos muitos anos desde a promulgação da Constituição, a lei não foi editada, omissão que torna inviável o exercício do seu direito. À luz da narrativa constitucional e da narrativa acima, o instrumento passível de ser utilizado por Tanaka para a tutela dos seus interesses é:

- a) o mandado de segurança;
- b) o habeas data;
- c) a reclamação constitucional;
- d) o mandado de injunção;

**25.** Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.

**26.** Rose é militar do Exército e pretende candidatar-se ao cargo de Deputada Estadual. Val é militar da Marinha e pretende se candidatar a prefeito.

Nos termos da Constituição Federal, caso sejam eleitos para o cargo,

- a) contando com menos de dez anos de serviço, será exonerado do cargo militar.
- b) contando com mais de quinze anos de serviço, será transferido para a sede do mandato.
- c) contando com mais de cinco anos de serviço, terá direito à remuneração da origem.
- d) contando com mais de dez anos de serviço, será transferido para a inatividade.



**27.** “Tibruço, estudante de direito, informou ao seu colega Tibério que tinha realizado amplos estudos a respeito das competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Por fim, alcançou três conclusões:

- (1) Na composição do CNJ tem membros da justiça eleitoral e militar;;
- (2) o CNJ realiza o controle dos atos administrativos, financeiros e jurisdicionais praticados pelos órgãos do Poder Judiciário; e,
- (3) todos os órgãos do Poder Judiciário estão sujeitos ao controle do CNJ.”

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) somente a conclusão 2 está incorreta.
- b) todas as conclusões estão corretas.
- c) somente a conclusão 3 está correta.
- d) todas as conclusões estão incorretas.

**28.** Quanto ao grau de aplicabilidade das normas constitucionais, as normas no texto constitucional classificam-se conforme seu grau de eficácia. Segundo a classificação doutrinária, a norma constitucional segundo a qual todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente; é classificada como norma constitucional

- a) de eficácia limitada.
- b) de eficácia plena.
- c) de eficácia exaurida.
- d) de eficácia contida.

**29.** De acordo com a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- a) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- b) as entidades associativas, não dependem de autorização expressa para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- c) às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, desde que apresentem bom comportamento.
- d) São gratuitas as ações de habeas data e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

**30.** A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal da República.

- a) qualquer eleitor é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- b) Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião já convocada, sendo apenas exigida prévia autorização nas redes sociais.
- c) Somente por decisão judicial transitada em julgado poderá uma associação ser dissolvida compulsoriamente.
- d) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados apenas extrajudicialmente.

31. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico são de competência legislativa

- a) privativa da União.
- b) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- d) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

### NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

32. “Pessoa jurídica de Direito Privado criada sob a forma de Sociedade Anônima, para exploração de atividade econômica, cujo capital deva ser integralmente público.” O enunciado refere-se à criação de uma

- a) Empresa Pública.
- b) Autarquia.
- c) Sociedade de Economia Mista.
- d) Fundação Pública.

33. Em relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa correta.

- a) As pessoas jurídicas de direito privado exploradoras de atividade econômica respondem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa condição, causarem a terceiros.
- b) O ordenamento jurídico brasileiro adotou a teoria da responsabilidade integral.
- c) É necessária a comprovação de dolo ou culpa quando se tratar de situação que enseja a responsabilidade civil subjetiva do Estado.
- d) Basta a comprovação do dano causado por agente público a terceiros para que o Estado seja obrigado a indenizá-los.

34. Ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita ao controle pelo Poder Público. (Di Pietro, 2010). Acerca desse assunto, assinale a alternativa incorreta.

- a) A finalidade é requisito sempre vinculado, previsto em lei, que impõe a necessidade de respeito ao interesse público no momento da edição do ato administrativo.
- b) Atos discricionários são aqueles em que o administrador público dispõe de plena liberdade de escolha, ainda que não prevista em lei, desde que atenda ao interesse público.
- c) Motivo é o elemento do ato administrativo entendido como o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento para a edição do ato administrativo.
- d) A anulação de um ato administrativo poder ocorrer por intermédio do Poder Judiciário ou pela própria Administração Pública, gerando efeitos *ex tunc*.

35. “Em determinada licitação para reforma da sede do governo estadual, adotou-se o tipo de licitação menor preço. Dois licitantes restaram empatados em suas propostas. Apesar da aplicação dos critérios preferenciais de desempate previstos na legislação, não foi possível estabelecer um licitante vencedor.” Nessa situação, com base na Lei nº 8.666/93, realizar-se-á:

- a) Licitação de desempate, na modalidade pregão.
- b) Sorteio, em ato público.
- c) Leilão, mediante prévia autorização da autoridade competente.
- d) Nova licitação, em decorrência de licitação fracassada.

- 36.** A respeito do poder de polícia, é correto afirmar que
- É vedada sua delegação a quaisquer pessoas jurídicas de direito privado.
  - A aplicação de sanções a particulares, em razão de violação de determinação do Poder Público, depende de autorização do Poder Judiciário.
  - Só pode ser empregado na forma preventiva, a fim de evitar a prática futura de atos ilícitos.
  - É permitida a delegação das fases de consentimento e fiscalização de polícia a sociedades de economia mista que explorem atividade econômica.
- 37.** O princípio administrativo que assegura aos administrados a proteção de seus direitos adquiridos em face de alterações ou novas interpretações legislativas efetuadas pela Administração Pública, denomina-se:
- Segurança jurídica.
  - Legalidade.
  - Autotutela.
  - Reserva legal.
- 38.** “A prefeitura municipal deseja contratar empresa para fornecimento de bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.” Considerando essa situação e nos termos da Lei nº 14.133/21, deverá ser realizada licitação na modalidade
- concorrência.
  - tomada de preços.
  - pregão.
  - leilão.

- 39.** No âmbito do Direito Administrativo é estabelecido como regra a não acumulação remunerada de cargos, empregos ou funções públicas. No entanto, excepcionalmente, poderá haver acumulação remunerada de
- um cargo de professor com outro privativo de profissional de saúde, independentemente de compatibilidade de horários.
  - dois cargos de professor, independentemente de compatibilidade de horários.
  - dois cargos de professor com outro técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários.
  - de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, desde que haja compatibilidade de horários.
- 40.** Em relação ao controle sobre a administração pública, é correto afirmar que
- o controle judicial recai tanto sobre o mérito quanto sobre a legalidade dos atos emanados da Administração Pública.
  - os mecanismos de controle só podem ser exercidos pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário, vedado ao Poder Executivo exercê-lo, ainda que sobre seus próprios atos.
  - recursos hierárquicos impróprios são aqueles endereçados a autoridades que não são hierarquicamente superiores ao responsável pela edição do ato que se deseja impugnar.
  - o Poder Legislativo, em sua função fiscalizadora, exerce controle interno sobre os atos do Poder Executivo.

**DIREITO CIVIL E LEGISLAÇÃO CIVIL ESPECIAL**

Paulo Sousa

**41.** A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-lei 4.657, de 1942 e suas alterações), é formada por normas que incidem no campo da atuação dos agentes públicos. A respeito dessas normas, assinale a seguir a alternativa incorreta:

- a) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- b) Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.
- c) As sanções imputadas ao agente serão aplicadas independentemente das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
- d) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

**42.** Maria, com 16 anos de idade, foi acometida por doença mental que a tornou permanentemente incapaz de exprimir sua vontade. Diante dessa situação, Maria será considerada:

- a) absolutamente incapaz, até que sobrevenha a idade de 18 anos.
- b) absolutamente incapaz, mesmo após completar 18 anos.
- c) absolutamente incapaz, fosse a doença mental transitória ou permanente.
- d) relativamente incapaz, mesmo após completar 18 anos.

**43.** Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, vedado o direito regressivo contra os causadores do dano.
- b) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- c) A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.
- d) São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo, contudo, possível ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

**44.** Segundo o Código Civil, são bens imóveis, para efeitos legais:

- a) as energias que tenham valor econômico.
- b) o direito à sucessão aberta.
- c) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- d) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

**45.** Não constituem atos ilícitos, exceto:

- a) estrito cumprimento de dever legal.
- b) estado de necessidade.
- c) remoção de perigo iminente.
- d) legítima defesa.

**46.** Sobre interpretação do negócio jurídico, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração do negócio.
- b) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo, se identificável.
- c) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas as informações disponíveis no momento de sua celebração.
- d) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.

**47.** A modalidade de pagamento que configura a extinção de obrigações entre sujeitos que são, ao mesmo tempo, credor e devedor um do outro, gerando extinção das respectivas obrigações denomina-se:

- a) Confusão.
- b) Novação.
- c) Dação em pagamento.
- d) Compensação

**48.** De acordo com o Código Civil, são responsáveis pela reparação civil

- a) os pais, pelos filhos menores ainda que não estejam sob sua autoridade e em sua companhia.
- b) o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, mesmo que não estejam no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- c) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.
- d) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, mesmo se provar culpa da vítima ou força maior.

**49.** Assinale a alternativa correta quanto ao tema Prescrição e suas causas suspensivas ou impeditivas, conforme o Código Civil.

- a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- b) Não corre a prescrição contra os absoluta ou relativamente incapazes.
- c) Não corre a prescrição entre os ascendentes e os descendentes, ainda que extinto o poder familiar.
- d) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

**50.** Para corrigir um problema de abastecimento em sua casa, Daniele necessariamente deverá que passar tubulação subterrânea pelo imóvel de seu vizinho, Vitor. Com relação ao caso apresentado, pode-se dizer que Vitor:

- a) é obrigado a permitir a passagem da tubulação e não poderá postular indenização, pois a obra visa à instalação de serviço de utilidade pública.
- b) é obrigado a permitir a passagem da tubulação apenas se as obras não causarem danos a seu imóvel.
- c) poderá se opor à passagem da tubulação, com base no direito de propriedade.
- d) é obrigado a permitir a passagem da tubulação, mediante recebimento de indenização que abranja os danos diretos ao imóvel e a desvalorização da área remanescente.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Ricardo Torques

**51.** Sobre os honorários advocatícios, assinale a alternativa correta:

- a) a parte que advogar em causa própria não tem direito ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
- b) nos casos em que o processo for extinto sem julgamento de mérito em razão da perda do objeto, os honorários de sucumbência são devidos pelo autor.
- c) quando fixados em quantia certa, incidem juros moratórios sobre o valor dos honorários desde a data da publicação da sentença.
- d) não são devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje a expedição de precatório se não tiver havido impugnação.

**52.** Nos Tribunais, o CPC/2015 determina que haja um período mínimo entre a data da publicação da pauta de julgamentos e a data da sessão de julgamento. Esse período mínimo é de:

- a) 48 horas.
- b) 3 dias.
- c) 5 dias.
- d) 7 dias.

**53.** Quando houver a interposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios:

- a) o juiz deve condenar o embargante ao pagamento de multa de até 1% sobre o valor atualizado da causa em favor do embargado e a interposição de outro recurso fica condicionada ao depósito do valor da multa.
- b) o juiz deve condenar o embargante ao pagamento de multa de até 1% sobre o valor atualizado da causa em favor do embargado, mas a interposição de outro recurso não fica condicionada ao depósito do valor da multa.
- c) o juiz deve condenar o embargante ao pagamento de multa de até 2% sobre o valor atualizado da causa em favor do embargado e a interposição de outro recurso fica condicionada ao depósito do valor da multa.
- d) o juiz deve condenar o embargante ao pagamento de multa de até 2% sobre o valor atualizado da causa em favor do embargado, mas a interposição de outro recurso não fica condicionada ao depósito do valor da multa.



**54.** No TJ/PA, o Tribunal Pleno é o órgão competente para o julgamento dos incidentes de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público e dos incidentes de resolução de demandas repetitivas.

Suponha que há duas apelações em curso no Tribunal, cujo julgamento é de competência de uma das Turmas de Direito Público.

Numa das apelações, a primeira, foi apresentado incidente de declaração de inconstitucionalidade. Na segunda, foi apresentado incidente de resolução de demandas repetitivas.

Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) A Turma de Direito Público deve fazer o juízo de admissibilidade do incidente de declaração de inconstitucionalidade, na primeira apelação, e o juízo de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas na segunda.
- b) A Turma de Direito Público deve fazer o juízo de admissibilidade do incidente de declaração de inconstitucionalidade, na primeira apelação, mas deve remeter a segunda apelação ao Pleno para que este faça o juízo de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas.
- c) A Turma de Direito Público deve remeter a primeira apelação ao Pleno para que este faça o juízo de admissibilidade do incidente de declaração de inconstitucionalidade, mas na segunda a própria Turma faz o juízo de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas.
- d) A Turma de Direito Público deve remeter a primeira apelação ao Pleno para que este faça o juízo de admissibilidade do incidente de declaração de inconstitucionalidade e, da mesma forma, a segunda apelação também deve ser remetida ao Pleno para que este faça o juízo de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas.

**55.** Sobre a prova testemunhal, assinale a alternativa correta:

- a) depois de apresentado o rol de testemunhas, não é admissível a substituição em qualquer hipótese.
- b) se o juiz da causa for arrolado como testemunha e nada souber sobre os fatos, ele deve apresentar impugnação ao rol de testemunhas, cujo julgamento compete ao Tribunal respectivo.
- c) as testemunhas devem depor perante o juiz da causa, ainda que a inquirição se dê mediante carta precatória.
- d) os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público são ouvidos em sua residência ou onde exerçam suas funções, quando arrolados como testemunhas.

**56.** Suponha que o Ministério Público tenha ajuizado ação em face do Estado do Pará da qual conste o seguinte pedido: "pede que seja declarada a nulidade integral do Decreto n. 123/2022 editado pelo Governador do Estado ou, se assim não entender Vossa Excelência, que seja declarada a nulidade apenas dos arts. 10 a 20 do mesmo Decreto".

Nesse caso, podemos afirmar que há situação de:

- a) pedidos cumulados.
- b) pedidos alternativos.
- c) pedido subsidiário.
- d) conexão processual.

**57.** Alex, fiador de uma obrigação, foi citado para responder pelo pagamento da dívida. Como há mais de um fiador garantindo a obrigação, Alex pretende convocar os demais a integrar o processo.

O meio posto à disposição de Alex para promover essa pretensão é:

- a) a denúncia da lide.
- b) o chamamento ao processo.
- c) os embargos à execução.
- d) a apelação.

**58.** O devedor de uma obrigação alimentícia atrasou dez parcelas da obrigação.

Proposta ação de execução, o juiz, verificando que o devedor era funcionário público, determinou a implementação de desconto em folha de pagamentos. Na medida, o juiz determinou o desconto em folha não só das parcelas atrasadas, de forma parcelada, como também das parcelas vincendas.

Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) é viável a cobrança por desconto em folha de forma cumulada das parcelas vencidas e vincendas, desde que o desconto não ultrapasse 50% dos ganhos líquidos do devedor.
- b) é viável a cobrança por desconto em folha de forma cumulada das parcelas vencidas e vincendas, desde que o desconto não ultrapasse 60% dos ganhos líquidos do devedor.
- c) não foi correta a determinação do desconto em folha em relação às parcelas vencidas, que devem ser exigidas de outra forma. De todo modo, o desconto não pode ultrapassar 50% dos ganhos líquidos do devedor.
- d) não foi correta a determinação do desconto em folha em relação às parcelas vencidas, que devem ser exigidas de outra forma. De todo modo, o desconto não pode ultrapassar 60% dos ganhos líquidos do devedor.

**59.** Na sessão de julgamento de um recurso de apelação, após a sustentação oral, o relator do processo solicitou vista do processo.

Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) o próprio relator do processo não pode solicitar vista, apenas os outros juízes podem.
- b) o relator do processo pode solicitar vista do processo pelo prazo máximo de 5 dias.
- c) o relator do processo pode solicitar vista do processo pelo prazo máximo de 10 dias.
- d) o relator do processo pode solicitar vista do processo pelo prazo máximo de 15 dias.

**60.** O promotor de justiça responsável por um inquérito civil público entende que não foram colhidos elementos suficientes para a propositura de uma ação civil pública.

Nesse caso, o promotor de justiça deve:

- a) determinar o arquivamento do inquérito.
- b) remeter os autos do inquérito civil ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 3 dias.
- c) remeter os autos do inquérito civil ao seu substituto legal.
- d) ajuizar a ação civil pública, pugnando pela sua extinção.

---

#### DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

---

Priscila Silveira

**61.** Segundo Claus Roxin, para haja crime, é necessário que a conduta humana deva colocar em risco ou lesar bens de terceiros. Essa assertiva diz respeito ao princípio conhecido como:

- a) Intranscendência.
- b) Alteridade.
- c) Ofensividade.
- d) Reserva legal.

**62.** Chico, servidor público, durante o período noturno, ingressa na repartição pública em que trabalha, utilizando a chave que possuía do local em razão do exercício do cargo, com o intuito de subtrair um computador. Entretanto, ao desligar o equipamento, ainda no interior da repartição, ao refletir sobre as consequências do seu ato, decidiu sair do local sem levar o equipamento. Infere-se que no local havia um segurança, que suspeita do comportamento de Chico e ao vê-lo mexendo no computador e o aborda na saída, realizando a prisão em flagrante. Diante do caso hipotética, é correto afirmar que:

- a) Chico não responderá por nenhum crime em razão da desistência voluntária.
- b) Chico responderá por tentativa de peculato, não incidindo nenhuma diminuição de pena, por se tratar de funcionário pública.
- c) A conduta será atípica em decorrência do arrependimento posterior.
- d) Chico responderá por tentativa de peculato, devendo a pena ser reduzida de um a dois terços em razão do arrependimento posterior.

**63.** A respeito das penas privativas de liberdade, considere os seguintes itens.

- I- O condenado a pena igual ou superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado.
- II- O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.
- III- O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) apenas I e III.
- c) apenas II e III.
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

**64.** Fred falsificou um passe de empresa de transporte administrada pelo Município de Belém. Levando em consideração a situação hipotética, Fred praticou o crime de:

- a) falsificação de documento público.
- b) falsificação de documento particular.
- c) falsificação do selo ou sinal público.
- d) falsificação de papéis públicos.

**65.** A conduta do funcionário público que exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, configura o crime de:

- a) excesso de exação.
- b) prevaricação.
- c) corrupção passiva.
- d) concussão.

**66.** No que tange ao inquérito policial, considere os seguintes itens.

I- O inquérito deverá terminar no prazo de 5 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

II- O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado não poderão requerer diligência a autoridade policial.

III- O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

Está correto apenas o disposto em:

- a) Nenhuma das alternativas estão corretas.
- b) Apenas I.
- c) Apenas II.
- d) Apenas III.

**67.** A respeito de jurisdição e competência, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Verificada a reunião dos processos por conexão ou continência, ainda que no processo da sua competência própria venha o juiz ou tribunal a proferir sentença absolutória ou que desclassifique a infração para outra que não se inclua na sua competência, continuará competente em relação aos demais processos.
- b) A competência será determinada pela continência se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.
- c) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- d) Reconhecida inicialmente ao júri a competência por conexão ou continência, o juiz, se vier a desclassificar a infração ou impronunciar ou absolver o acusado, de maneira que exclua a competência do júri, remeterá o processo ao juízo competente.

**68.** Benjamin reside na Inglaterra, em local incerto e não sabido. Ocorre que o Ministério Público ofereceu denúncia contra Benjamin pelo crime de estelionato praticado quando morava no Brasil. No referido caso, a citação de Benjamin deverá ser feita por:

- a) hora certa.
- b) carta rogatória.
- c) edital.
- d) carta precatória.

**69.** Mônica caminhava na rua, quando percebeu que seu celular tinha sido subtraído, ao olhar para trás percebeu que Joey saiu correndo, fazendo presumir que este era o autor da infração. Em razão disso, Mônica passou a perseguir Joey, conseguindo imobilizá-lo dois quarteirões seguintes, recuperando seu celular e dando voz de prisão ao agente. Assim, no referido caso, restou caracterizado o chamado

- a) flagrante imperfeito.
- b) flagrante real.
- c) flagrante presumido.
- d) flagrante esperado.

**70.** De acordo com o disposto no Código de Processo Penal, da decisão que denegar agravo em execução, caberá:

- a) apelação.
- b) mandado de segurança.
- c) recurso em sentido estrito.
- d) carta testemunhável.

# Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-MPPA-Analista-09-07>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>